

Educomunicação: Um Olhar para a Representação da Mulher Vítima de Violência Sexual pelo Webjornalismo

LAILA CAROLLINE SILVA DE MELO DOURADO

1. Introdução

As mulheres brasileiras têm tido conquistas significativas ao longo das últimas décadas. Segundo um estudo realizado pelo Banco Mundial e pela Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (2003), a participação delas em diversos níveis de educação formal, avanços constitucionais que asseguram maior igualdade entre homens e mulheres, assim como transformações culturais, têm levado a uma demarcação menos diferenciada entre o masculino e o feminino. Isso “têm contribuído para a redução das diferenças entre gêneros, no sentido de estabelecer, em alguns campos, expectativas de comportamento e oportunidades mais similares para homens e mulheres” (BANCO MUNDIAL; CEPIA, 2003, p 13). Contudo, apesar destes progressos, os desafios ainda se fazem presentes.

Um exemplo dessa diferença entre gêneros ainda a ser combatida, é a salarial. A diferença salarial entre mulheres e homens, no Brasil, é uma das maiores do mundo (World Economic Forum, 2016). Disparidades como estas são causadas por vivermos em uma ideologia social de dominação masculina, fato naturalizado em nossa sociedade. “Essa naturalização da relação de domínio do masculino sobre o feminino é uma das armas ideológicas mais utilizadas na manutenção da estrutura social” (APFELBAUM apud CARDOSO; VIEIRA, 2014)

Instituir uma cisão irreduzível, uma distinção entre nós e eles ou elas, estigmatizar em nome de um conjunto de representações e de normas dadas como verdades “naturais” e universais para melhor particularizar e, especialmente, excluir do espaço social onde se elaboram as decisões relativas ao contrato social, faz parte do arsenal dos modos de dominação. Tornar o outro invisível, tornar crível a ideia de que ele não é mais do que um simples caso particular, que por isso mesmo não pode ser considerado um interlocutor válido, garante por tabela que o dominante ocupe legitimamente a posição de representante do universal. Esse é o preço da prática de dominação, a desapropriação do outro, posto em situação de tutela, como a apropriação do corpo das mulheres (APFELBAUM apud CARDOSO; VIEIRA, 2014, p 72).

Se a ideologia de dominação masculina está presente na sociedade, ela também é vista nas informações repassadas pelos veículos de comunicação. É comum nos depararmos em uma manchete de jornal, uma chamada de televisão ou rádio, com o pré-julgamento de uma mulher que engravidou e optou por não criar a criança, por exemplo. Para este artigo, o foco é para um tipo específico de representação das mulheres pelo jornalismo, em que elas sofrem violência contra a dignidade sexual – mais especificamente, o estupro. Nestes casos, o jornalismo tende a apresentar as vítimas como culpadas, e minimiza/retira a responsabilidade do agressor.

Deste modo, faz-se necessário pensar em mecanismos para que o receptor dessas mensagens, não seja passivo, ao ponto, inclusive de reproduzir estas representações em seus ambientes sociais e em materiais midiáticos que produza. A forma sugerida como contraponto a esta ideologia social de dominação masculina, reproduzida também pela mídia, será a Educomunicação. A proposta é que ela possibilite a prática cidadã mais consciente, tanto para a formação de leitura crítica das produções jornalísticas, como para o produzir material midiático. É salutar destacar que, o foco para este texto, é para o jornalismo eletrônico (webjornalismo). A escolha foi feita ao levar em consideração o quanto a internet ocupa a vida dos brasileiros e brasileiras.

O artigo é construído em três partes. A primeira é uma exposição de como o estupro atua na sociedade e, como ele está presente no Brasil. Na segunda parte constituinte do texto, é apresentada como uma nova configuração comunicacional proporcionada pelo advento do ciberespaço, em especial da internet, tem modificado nossas relações com a mídia, e como o jornalismo apresenta ideologias presentes na sociedade em suas publicações. Por

fim, a terceira parte, traz uma alternativa que contrapõe a essas representações negativas das mulheres, a Educomunicação. Vale ressaltar também que, o artigo que segue é construído a partir de uma reflexão bibliográfica.

2. O estupro e o cenário brasileiro

Ao pensarmos em uma ideologia social de dominação masculina, é salutar voltarmos o olhar para a violência de gênero, reflexo direto de uma hegemonia, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro. (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p 02).

O estupro, assim, é uma forma de reafirmação da ideologia social de dominação masculina (PORTER; TOMASELLI apud CARDOSO; VIEIRA, 2014). “Ao dominar a mulher física e sexualmente, o agressor expressa seu poder e submete sua vítima a uma posição inferior” (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p 72). Esse tipo de violência fica evidente no Brasil. Em 2015, no país, 125 pessoas por dia (45.460 durante todo o ano) foram vítimas de violência sexual, destas, 89% foram mulheres (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016). Um estudo apresentado pelo IPEA (CERQUEIRA; COELHO, 2014) afirma que esse índice de violência sexual pode ser ainda maior. O Instituto calcula que o número de estupros, por ano, no Brasil, seja de em torno de 527 mil tentativas ou casos de consumados, destes somente 10% seriam reportados à polícia (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

Essa ideologia social de dominação masculina tem sido refletida em pesquisas de amostragem feitas no Brasil. Em 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública / Instituto Datafolha revelou que, no Brasil, 30% dos homens e mulheres concordavam com a afirmação: “A mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada” (DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016). Cardoso e Vieira destacam a preocupação com esse imputar da culpa a vítima.

A culpabilização da vítima figura como um agravante – para além da violência sofrida, a mulher é desmoralizada socialmente, o que reitera não só sua posição submissa nas relações sociais como também seu

papel como propriedade do homem, reforçando a ideologia androcêntrica da estrutura social corrente. (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p 72)

Um termo descreve essa estratégia de ideologia patriarcal relacionada à violência de gênero e reafirmada pelas pesquisas apontadas, “cultura do estupro”. Essa construção é usada para abordar maneiras nas quais a sociedade normaliza o comportamento sexual violento de homens e culpa a vítima de assédio sexual. O termo foi popularizado, em 2016, pela mídia¹. Apesar do tema do abuso sexual, físico ou psicológico contra a mulher tenha ganhando espaço na mídia e na agenda governamental, ainda é um desafio reduzir os casos de violência contra elas. “Uma das formas de se alcançar a diminuição deste fenômeno, além da garantia de punição para os agressores, é a educação” (IPEA, 2014, p 24).

3. A nova configuração comunicacional e o jornalismo

É inegável que as mídias integram nossas o cenário da esfera privada (GONNET, 2004). Se elas fazem parte das nossas vidas privadas, é fato que as mídias exercem influência sobre elas. Gonnet ao publicar o livro, “Educação e Mídias”, em 2004, se referia ao rádio, à televisão, ao impresso e demais mídias existentes na época. Porém, hoje, vivemos em uma nova configuração comunicacional. Passamos, a conviver com o ciberespaço, que surge da interconexão de computadores e possibilita o surgimento da cibercultura.

O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo ‘cibercultura’, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

Para Levý, “a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p. 15). Segundo ele, trata-se de um “novo dilúvio”, o qual é provocado por avanços tecnológicos das telecomunicações, em especial, da internet. Com esta perspectiva (LÉVY, 1999) estaríamos vivenciando um processo de uni-

1 O termo foi popularizado após a divulgação de um caso em que uma adolescente foi vítima de um estupro coletivo, em uma comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro. O caso teve repercussão nacional após serem dissipadas imagens do estupro através das redes sociais.

versalização da cibercultura, na medida em que, a cada dia-a-dia, estamos mais imersos nas novas relações de comunicação e produção de conhecimento que ela nos oferece.

Um exemplo dessas mudanças proporcionadas pela cibercultura pode ser conferida através pelos dados apontados pela *Pesquisa brasileira de mídia 2016* (BRASIL, 2016). Realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a investigação apresenta os hábitos de consumo de Mídia pela população brasileira. Apesar da televisão ainda ser o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, a internet tem um espaço a ser considerado no Brasil. Se a internet ocupa tanto espaço na vida dos brasileiros, é fato que o jornalismo produzido para ela (webjornalismo) também estará presente neste dia-a-dia.

Entre os entrevistados, aproximadamente dois em cada três acessam a internet; o ambiente domiciliar é predominante entre os locais de maior uso. O telefone celular supera e muito o computador como o dispositivo mais utilizado no acesso à internet e algo em torno de três em cada dez respondentes que utilizam a internet declaram utilizar somente um dispositivo para tal atividade. O tempo médio de acesso diário, considerando tanto o meio de semana quanto o final de semana, fica um pouco acima das quatro horas e trinta minutos (BRASIL, 2016, p 33).

Guillermo Orozco Gómez (2014) também afirma que vivemos em uma nova configuração comunicacional. Para ele, o mundo está nas telas. “Nelas se percebem e a partir daí se imaginam os outros vários mundos” (GÓMES, 2014, p 95). Como o mundo está nas telas, o controle social também passa por elas. “Não é somente a partir do púlpito que se sanciona o acontecer social, ditam-se condutas ou se condenam ações e acontecimentos. A partir das telas é que se realiza tudo isso e muito mais” (GÓMES, 2014, p. 95). E é evidente que, o jornalismo e suas representações também estão nas telas, bem como o uso ideológico que se faz deles.

É inegável o papel da mídia na manutenção das estruturas sociais. Com seu massivo alcance populacional, os meios de comunicação aos grandes responsáveis pela formação opinativa de seu público-alvo, seja na publicidade ou no jornalismo. Fairclough explica que representações em textos midiáticos, em geral, propagam as ideologias de forma implícita, utilizando uma linguagem intrínseca ao senso comum da socie-

dade em que esses textos são veiculados para reafirmar determinadas práticas sociais (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p72)

Gonnet (2004) também destaca a parcialidade da mídia. “Elas não refletem a realidade. Elas a codificam. As mensagens midiáticas não são neutras” (GONNET, 2004, p 51). Para ele, além de nos informar sobre o mundo, elas apresentam maneiras de perceber e de compreender. Este papel desempenhado por elas deve nos forçar a repensar a opinião segundo a qual a única função das mídias é informar ou divertir (GONNET, 2004). Assim como Gonnet, Felipe Pena (2005), nos apresenta uma teoria que irá na contra-mão do papel de informação e diversão das mídias. Para a teoria do *Newsmaking*, o jornalismo colabora com a elaboração da realidade. “O jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade (...). Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la” (Pena, 2005).

Vale frisar que o fazer jornalístico segue critérios de noticiabilidade, os valores-notícia. Eles são “um conjunto de critérios, operações e instrumentos para escolher inúmeros fatos uma quantidade limitada de notícias” (Pena, 2005). A violência sexual contra mulher é uma pauta que atrai público por se enquadrar nestes critérios. Porém, a elaboração deste tipo de notícia ou reportagem segue a linha editorial do veículo, a qual, na maioria dos casos, reflete a ideologia social de dominação masculina, e, deste modo, contribui para a manutenção desta hegemonia. Tal manutenção pode ser observada a partir de uma tentativa de desmoralização da posição da vítima. Isso é feito ao atribuir a mulher, igual ou maior responsabilidade pela violência sofrida. O agressor é apresentado como um participante secundário.

5. Educomunicação: um caminho alternativo

Uma forma de mudar essa produção e reprodução de imagens negativas relacionadas às vítimas de violência sexual pelo webjornalismo - e, conseqüentemente pela sociedade - é proporcionar que o receptor deste conteúdo possua um olhar crítico perante o que lhe é apresentado. Para este artigo, tipificaremos esse receptor (prossumidor) como cidadão. O que se almeja, é a possibilidade de exercício de uma “cidadania comunicativa desejada” tanto no ler, como na produzir materiais midiáticos.

Guillermo Orozco Gómez (2014) expõe uma série de tipos de cidadania: entre elas, a comunicativa, que é proporcionada pela nossa atual condição comunicacional. Segundo Gómez, uma cidadania comunicativa deve ter como ponto de partida duas questões. A primeira é o que um cidadão deve aprender ante as telas. A segunda é como facilitar-lhe esse apren-

dizado a partir de uma intencionalidade educativa contemporânea. E isso, de acordo com ele, ocorrerá através das dimensões da interação múltipla com as telas: a institucionalidade, a midiaticidade e a interatividade. A primeira refere-se à tela como uma instituição inserida na realidade, com características e fins particulares, e que assim, deve ser entendida pelo público. “Essa institucionalidade, pois, é um primeiro objeto de atenção na educação comunicativa cidadã” (GÓMES, 2014, p 98). A segunda dimensão, a midiaticidade, engloba tudo o que tem a ver com o próprio meio ou com o suporte tecnológico e as possibilidades de expressão. E, por fim, a interatividade, a qual permite o interagir com as telas e com outros para além da mera interpretação.

O “educar o olhar” para a leitura crítica da mídia, de acordo com Gómes (2014) é apenas um primeiro passo para o alcance da cidadania comunicativa desejada. O segundo passo é desenvolver a capacidade para a produção. Isso porque o típico “receptor” literalmente se torna “emissor”. Nossa nova configuração comunicacional permite que não falemos mais de produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados. Podemos agora considerá-los como participantes que interagem de acordo com um novo conjunto de regras. Agora, segundo nos apresentou a Revista Comunicar (2014), temos um novo personagem, o prosumidor.

Frente ao papel tradicional da audiência como sujeito passivo, como receptor da mensagem representada em um esquema clássico de comunicação, os meios digitais tem permitido que o receptor ocupe com frequência o lugar de emissor – capaz de emitir conteúdos e compartilhá-los – se desejar e, desempenhar seu lugar como consumidor de meios. Esta situação que deu lugar ao conceito de prosumidor (COMUNICIAR, 2014, p. 10)²

Ao tratarmos de representações de mulheres, é fundamental compreender o cidadão, enquanto prosumidor de meios de comunicação. “Os novos participantes na comunicação têm de aprender a ser comunicadores. E isso é um desafio complexo, político, cultural e socioeconômico, mas que começa com a comunicação e a educação” (GÓMES, 2014, p 33). Quando voltamos à atenção para o prosumidor de mídias, nos deparamos com o enfoque de um campo interdisciplinar, a Educomunicação. Um dos estudiosos nesta área, quem colaborou para a formação do conceito, é o brasileiro Ismar Soares, professor do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, e para o NCE da USP, a Educomunicação:

2 Tradução livre.

designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude. (SOARES, 2012, livro eletrônico).

Ismar ainda aponta as ações a que este campo se destina.

1 - integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação (cumprir o que solicita os PCN³s no que diz respeito a observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com nossos alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular). (...) 2 - criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos (...) 3 - melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas (SOARES, 2004, p.1)

A partir destas conceituações, para este artigo, trabalhamos com o conceito de Educomunicação estruturado pela autora, de que ela é uma área nova que reúne conhecimentos sistematizados coletivamente, na América Latina, e que constitui um conjunto de ação, pesquisa e intervenção social na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação. Atualmente, ela apresenta-se, como um caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos.

Para Morigi, Corrêa e Guindania a noção de cidadania é identificada como prática educacional “pois ambos os conceitos se ancoram na ação criativa de sujeitos, que aprendem e ensinam na e através da comunicação” (MORIGI; CORRÊA e GUINDANI, 2014, p 52). Ao partirmos do princípio de que a Educomunicação possibilita a prática cidadã, a leitura crítica da mídia, se enquadra como parte fundamental deste exercício. Esse tipo de recepção é fundamental, quando consideramos o viver na cibercultura. Ao ter contato com práticas educacionais, é proporcionada ao cidadão a possibilidade de aprender e compreender o processo de produção, edição e veiculação de notícias.

3 PCN é a sigla que designa Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para Andrea Cecília Ramal, ao apresentar o livro de Gonet (20014), uma parte do futuro de nossas sociedades dependeria de “nossa capacidade de dominar a informação e a comunicação, de saber ler as mídias que nos solicitam até a saturação e que são tudo, salvo neutras (RAMAL apud GONNET, 20014, p 13)”. Ela aponta que o contato entre educação e comunicação como uma alternativa para esse formar mais crítico do cidadão.

Não há dúvidas que essas crianças, além de adquirir progressivamente uma competência técnica para a produção de materiais multimídia, estarão sobretudo mais preparadas para ler criticamente os enunciados (RAMAL apud GONNET, 2014, p 08).

Porém, para além da leitura crítica, é necessário pensar o cidadão como um produtor de conteúdos midiáticos. “Se antes fundamental formar para a recepção, agora é imprescindível formar também para a emissão e produção criativas”. (GÓMES, 2014, p. 33). Com a Educomunicação, a cidadania se efetivará “na medida em que o processo educativo se amplia e se redimensiona, o que também ativa nos estudantes [cidadãos] comportamentos ou atitudes reflexivas críticas sobre os acontecimentos que os cercam” (MORIGI, CORRÊA e GUINDANI, 2014), e isso, se aplica ao pensamento referente ao gênero.

Nos processos de relação da educomunicação as aplicações metodológicas de gênero e sexualidade nas escolas se tornam possíveis graças aos conceitos aplicados a educomunicação, que ‘caracteriza-se não pelo interesse em respostas supostamente definitivas para os problemas que diuturnamente nos apresentam, mas pelo aguçamento das contradições’ (SANTOS apud SOARES).

Com esta perspectiva, o ambiente de prática da Educomunicação será um âmbito de trocas mútuas de cultura e saber, na qual as partes aprendem e contribuem para a formação de sujeitos capazes de vivenciar as diferenças, sejam elas: sociais, raciais, culturais, sexuais” (SOARES, D., 2006). “Entendemos que fazer *educomunicação* (destaque do autor) ou realizar práticas educacionais, na medida em que isto quer dizer construir um *novo discurso* (destaque do autor), é experimentar uma outra forma de convivência social”. (SOARES, D., 2006, p.07). Para Donizete Soares (2006), é na elaboração e realização de uma investigação coletiva, momento em que os “participantes encontram espaços e condições de se constituírem sujeitos autônomos, que se dá a construção de um *novo discurso* (destaque do autor)” (SOARES, D., 2006, p.11).

A sugestão é que a Educomunicação seja utilizada para auxiliar na formação de cidadãos que possam fazer uma leitura crítica da mídia - em especial do webjornalismo - bem como a produção de materiais midiáticos menos tendenciosos quando o assunto for violência sexual contra mulheres. Essa ação poderá ser feita por meio de oficinas, leitura de notícias, e até mesmo elaboração de conteúdos, seja em sala de aula, ou outros ambientes sociais que possibilitem a prática da Educomunicação, como centros de convivência.

3 CONCLUSÃO

Vivemos em uma sociedade na qual as mulheres ainda são apresentadas pelo webjornalismo, pela lógica de uma ideologia social de dominação masculina, em especial ao expor vítimas de violência sexual. Como já exposto, é necessário refletir na prática realizada dentro das redações de webjornais, bem como em outros espaços de produção de notícias. Porém, ao levarmos em consideração nossa situação comunicacional, a qual permite que não falemos mais de produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, na qual a internet faz parte da nossa esfera privada, merece atenção também o educar do cidadão (prossumidor) tanto no ler quanto no produzir materiais midiáticos.

Ao refletir a respeito da possibilidade do exercício de uma cidadania comunicativa desejada e ao tratar de exposição de casos de mulheres vítimas de violência sexual, o artigo proposto sugere, que primeiro é preciso “educar o olhar” do cidadão frente ao que a mídia emite, segundo, este cidadão pode se tornar um emissor menos tendencioso ao produzir materiais midiáticos. Para tanto, o presente texto aponta a Educomunicação, como ponto de alicerce a mediação proposta por esse campo o qual abrange educação e comunicação como unidade dialógica de construção do sujeito. O ambiente proposto para debate pode ser tanto o da sala de aula, quanto outros locais que proporcionem a discussão, como centros comunitários.

Ao pensarmos nessa necessidade de ler a mídia e produzir conteúdos, Educomunicação se posicionará também como uma interventora social. Ao realizar práticas educacionais, o cidadão não apenas terá contato com o fazer comunicação, e o despertar para o olhar crítico em relação à grande mídia, e, poderá inclusive, gerar modificações no ambiente em que habita ao estimular este olhar para outras estruturas sociais, como a família e a comunidade que habita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Patrícia Horta; LAGO, Cláudia. *Raízes Educomunicativas: do conceito à prática*. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/16.pdf>. Acesso em: 10/09/2016.

BRASIL. BANCO MUNDIAL; CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO – CEPPIA. *A questão de gênero no Brasil*. Brasília: 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2016*. Brasília, 2016.

Cerqueira, D.; Coelho, D. de S.C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de saúde* (versão preliminar), Nota Técnica, IPEA, No 11, Brasília, março de 2014.

COMUNICAR, Revista. *Prosumidores mediáticos - Cultura participativa de las audiencias y responsabilidad de losmedios*. v. XXII nº 43, jul de 2014.

DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “#APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro - Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais”, Setembro, 2016.

GÓMES, Gillermo Orozco. *Educomunicação - Recepção midiática, aprendizagens e cidadania*. Tradução de Paulo F. Valério. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2014, 186 p.

GONNET, Jacques. *Educação e Mídias*. Edições Loyola, Tradução Maria Luiza Belloni, São Paulo, 2004, 102p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 10, 2016.

MORIGI, Valdir José; CORRÊA, Franciele Zarpelon; GUINDANI, Joel Felipe. *Mídias Escolares: a cidadania na prática da Educomunicação*. In: Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Ano XIX, p. 51-59, jul/dez 2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PENA, Felipe. *Teorias do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SANTOS, Magna Cély Araújo. *A educomunicação nos debates sobre gênero e sexualidade*. Florianópolis: Realize Eventos e Editora, 2015.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL (SIPS). IPEA. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Brasil, 2014.

SOARES, Donizete. *Educomunicação - O que é isto?* Gens – Instituto de Educação e Cultura. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.portalgens.com.br/baixararquivos/textos/educomunicacao_o_que_e_isto.pdf. Acesso em: 10/09 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação [livro eletrônico]: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Editora Paulinas, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Mas afinal, o que é educomunicação?* 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf> . Acesso em: 10/09/2016.

VIEIRA, Viviane; CARDOSO, Isabela Cristina Barros. *O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro*. In: EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Volume 7, 2014, p. 69-85.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report 2016*. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/>. Acesso em: 17/05/2017

A AUTORA

LAILA CAROLINE SILVA DE MELO DOURADO - Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG)